



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

EDITAL Nº JFRJ-EDT-2020/00099

EDITAL DE DE SELEÇÃO DE ENTIDADES PARA FINS DE RECEBIMENTO DE RECURSOS PROVENIENTES DE
PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA - COVID-19

(PRAZO DE 10 DIAS)

Seleção de propostas de entidades públicas que visem à aquisição de materiais, equipamentos ou insumos de saúde para o combate à pandemia de Covid-19, custeadas com recursos oriundos de pena de prestação pecuniária, transação penal, suspensão condicional do processo ou acordos de não persecução penal.

A Vara Federal Única de Angra dos Reis, por seus Juízes RODRIGO GASPAR DE MELLO e DANIELA BERWANGER MARTINS, torna público o presente edital para seleção de propostas de entidades públicas que visem à aquisição de materiais, equipamentos ou insumos de saúde a serem utilizados pelos profissionais da saúde ou para custeio de ações necessárias ao combate à pandemia de Covid-19.

1 - DA ORIGEM DOS RECURSOS e FUNDAMENTO

1.1 - Os recursos financeiros são provenientes do pagamento de prestações pecuniárias fixadas em sede criminal e depositadas em conta judicial vinculada à Vara Federal Única de Angra dos Reis.

1.2 - Sua destinação dar-se-á de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e em conformidade com a Resolução nº TRF2-RSP-2020/00014, de 01 de abril de 2020, com a Resolução CNJ nº 313, de 19 de março de 2020 e, no que couber, aplicando-se a Resolução nº 295/2014-CJF, de 04 de junho de 2014 e a Consolidação das Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 - Os requerimentos de destinação de valores deverão ser formalizados por meio de e-mail para a Vara Federal Única de Angra dos Reis - 01vf-an@jfrj.jus.br, contendo informações sobre os materiais e equipamentos que se pretende adquirir, a forma e o uso para o combate à pandemia, além da previsão dos recursos necessários.

2.2 - São vedados:

- a escolha arbitrária e aleatória das entidades beneficiárias;
- a concentração de recursos em uma única entidade;
- o uso dos recursos para promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros;
- o uso dos recursos para fins político-partidários;
- o uso dos recursos para despesas de custeio, tais como aluguéis, salários, telefonia e tributos.
- a destinação dos recursos para entidades que não estejam regularmente constituídas;
- o uso dos recursos para despesas de custeio, tais como aluguéis, salários, telefonia e tributos.

2.3 - A soma dos valores totais das propostas selecionadas não poderá ultrapassar o valor disponível na conta vinculada à Vara Federal Única de Angra dos Reis para recebimento de valores provenientes das prestações pecuniárias.

2.4 - Caso nenhuma proposta atenda às exigências deste edital, o valor será mantido na conta única para futura destinação.

3. DO OBJETO E DAS ENTIDADES QUE PODERÃO APRESENTAR REQUERIMENTOS

3.1 - As propostas poderão ser apresentadas por entidades ou órgãos públicos com atuação na política pública de saúde,



Assinado com senha por DANIELA BERWANGER MARTINS e RODRIGO GASPAR DE MELLO.
Documento Nº: 2826047-695 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2826047-695>

Classif. documental 00.01.01.03



JFRJEDT202000099A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

em serviços de baixa, média ou alta complexidade, vedada a participação de entidades privadas de qualquer natureza.

3.2 - Os requerimentos devem compreender a aquisição de equipamentos, kits para testagem, materiais de proteção e outros insumos para utilização pelos profissionais de saúde, para atuação em unidades básicas de saúde, hospitais, hospitais de campanha, laboratórios, dentre outros, ou custeio de prestação de serviços necessários à prevenção, monitoramento, vigilância ou combate à pandemia de Covid-19.

Produto	Quantidade	Preço Unitário	Preço total	Data de Vencimento	Data da entrega

3.3 - O valor de cada proposta fica limitado a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

3.4- A entidade beneficiada deverá apresentar o laudo analítico de controle de qualidade emitido pelo fabricante dos produtos a serem adquiridos.

3.5 - Nos casos em que o produto ou Laboratório Fabricante venha a ser interditado, ou o produto tenha seu registro cancelado pela ANVISA ou a fabricação esteja em atraso, descontinuada temporária ou definitivamente, durante a vigência do "TERMO", a entidade beneficiada **deverá** devolver o valor ou substituir o produto por outro compatível ao solicitado, devendo previamente protocolar a proposta, acompanhada da documentação, para obter autorização da unidade gestora, sem custos adicionais .

4. DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ENVIO DOS REQUERIMENTOS

4.1 - Os requerimentos, acompanhados dos documentos abaixo indicados, deverão ser encaminhados, no período de **20 de abril de 2020** até às 23h59min do dia **29 de abril de 2020**, exclusivamente para o e-mail **01vf-an@jfrj.jus.br** em arquivo no formato pdf com tamanho inferior a 20 MB.

4.2 - Relação de documentos:

1. instrumentos normativos de criação da entidade, estatuto ou contrato social e ato de nomeação do responsável;
2. número de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) e cédula de identidade e CPF do representante;
3. certidão de regularidade fornecida pela Secretaria da Receita Federal, bem como pela Fazenda Estadual e Municipal;
4. certidão de regularidade fornecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
5. certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
6. certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT;
7. declaração expressa do proponente, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que a entidade não se encontra em mora nem em débito com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta;
8. descrição dos bens a serem adquiridos e os valores necessários.

4.2.1 - A exigência da apresentação das certidões de regularidade fiscal não se aplica aos pedidos formulados por Municípios, Estados ou União, no prazo de duração da pandemia.

4.2.2 - Entidades que já mantenham convênios, acordos de cooperação ou instrumentos congêneres com a Vara Federal Única de Angra dos Reis, poderão ser dispensadas da apresentação de documentos já entregues, desde que ainda válidos;

4.3 - Contar-se-á o prazo iniciando-se no primeiro dia útil posterior à publicação do edital e incluindo-se o dia do término.

4.4 - Os requerimentos deverão ser acompanhados da relação e descrição técnica dos itens solicitados, com a indicação de preços, quantidades, prazos de entrega, de validade, condições de armazenamento etc., bem como da descrição do montante dos recursos necessários.

4.5 - Caberá ao órgão/entidade proponente certificar-se do recebimento do e-mail pela Vara Federal Única de Angra dos Reis.

4.6 - Poderá ser determinada diligência para suprir a ausência ou irregularidade na documentação encaminhada, com prazo de até 5 (cinco) dias para cumprimento, sob pena de arquivamento do pedido.

4.7 - É de inteira responsabilidade da entidade e seu responsável a veracidade das informações prestadas no formulário de inscrição, declarações e conteúdo dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou inverdade das informações nele contidas implicará em imediata desclassificação do requerente ou rescisão de "TERMO", por ventura assinado com a Vara Federal Única de Angra dos Reis, sem prejuízo da apuração de sua conduta nas esferas cíveis, criminais ou de



Assinado com senha por DANIELA BERWANGER MARTINS e RODRIGO GASPAR DE MELLO.
Documento Nº: 2826047-695 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2826047-695>



JFRJEDT202000099A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

improbidade administrativa.

5. DA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 - Recebida a solicitação, a Vara Federal Única de Angra dos Reis fará a conferência da documentação e os magistrados, ouvido o Ministério Público Federal e o Médico responsável pelo departamento de saúde do TRF2, que atuará como assistente técnico, deverão decidir em até 15 (quinze) dias.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1 - A relação das entidades e propostas selecionadas será publicada no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região e divulgada na página da internet da Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro, na data **provável de 19 de maio de 2020**.

6.2 - Poderá ser interposto recurso, no prazo de 5 (dias) da publicação do resultado, dirigido à Vara Federal Única de Angra dos Reis, no endereço eletrônico **01vf-an@jfrj.jus.br**.

6.3 - A decisão final será publicada no mesmo veículo.

7. DA ASSINATURA DO "TERMO DE DESTINAÇÃO DOS VALORES"

7.1 - Será formalizada a destinação dos recursos por meio da assinatura de um documento denominado "Termo de Destinação de Valores" que contenha:

1. a especificação da entidade beneficiada;
2. o montante dos recursos repassados;
3. a finalidade da destinação;
4. a relação e descrição técnica dos produtos e equipamentos a serem adquiridos, com a indicação de preços unitários e totais, resultantes do cotejo de três orçamentos, com indicação de quantidades, prazos de entrega e de validade e condições de armazenamento, etc.;
5. o prazo para a prestação de contas.

7.2 - A Vara Federal Única de Angra dos Reis expedirá alvará de levantamento em nome da entidade (ou poderá fazê-lo por meio de transferência bancária) e o valor será repassado em parcela única.

7.3 - Após a transferência dos recursos, os Magistrados da Vara Federal darão ciência ao Ministério Público e aos Tribunais de Contas competentes, conforme a entidade contemplada.

7.4 - As entidades beneficiadas responsabilizar-se-ão pelos danos decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do "**TERMO**", inclusive desabastecimento das Unidades de Saúde, decorrente do descumprimento das regras do ato Convocatório, fato que será levado ao conhecimento do Ministério Público Estadual e Federal para as providências devidas, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Vara Federal Única de Angra dos Reis.

8. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A Vara Federal Única de Angra dos Reis acompanhará a execução das propostas selecionadas, inclusive diligenciando para que haja regular e tempestiva prestação de contas.

8.2 - A entidade deverá prestar contas da aquisição de bens e materiais ou do custeio das ações propostas, nos termos do edital, no prazo de 90 (noventa) dias após o repasse dos valores, enviando notas fiscais, faturas, termos de recebimento e demais documentos que comprovem a utilização na finalidade de combate à COVID-19.

8.3 - Diante de circunstâncias plenamente justificáveis, poderão os Magistrados prorrogar o prazo pelo mesmo período.

8.4 - Se parte do valor repassado não for utilizado, a instituição deverá efetuar a devolução, na forma e prazo constantes do "Termo de Destinação de Valores", comprovando-a no momento de prestar contas.

8.5 - A prestação de contas será submetida à homologação judicial, após parecer do Ministério Público e da Secretaria de Auditoria Interna do TRF2, devendo posteriormente ser publicada no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região.

8.6 - A Vara Federal Única de Angra dos Reis dará ciência à entidade beneficiada da aprovação ou rejeição das contas e publicará a decisão no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, no caderno de publicações administrativas.



Assinado com senha por DANIELA BERWANGER MARTINS e RODRIGO GASPAS DE MELLO.
Documento Nº: 2826047-695 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2826047-695>



JFRJEDT202000099A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

9 - DAS PENALIDADES

9.1 - A não prestação de contas por parte da instituição beneficiária implicará na impossibilidade de inscrição da entidade em editais da mesma natureza publicados pela Vara Federal Única de Angra dos Reis, pelo prazo de 5 (cinco) anos, e no encaminhamento para outras medidas administrativa e judiciais cabíveis.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Vara Federal Única de Angra dos Reis procederá à divulgação das destinações de recursos, com indicação das entidades beneficiadas e dos bens adquiridos, tanto ao público em geral quanto aos próprios apenados e réus, por meio da sua página na rede mundial de computadores e em seu próprio endereço de funcionamento.

Para fins de controle social, a entidade beneficiada deverá dar transparência ao público, por meio de cartaz ou placa afixada na instituição ou em suas redes sociais, constando que a ação conta com recursos da Justiça Federal.

Eventuais esclarecimentos sobre os termos deste edital poderão ser obtidos pelo endereço eletrônico *01vf-an@jfrj.jus.br*. As ocorrências não previstas neste edital serão apreciadas pelos Juízes Federais responsáveis, no prazo de 5 (cinco) dias.

Angra dos Reis, 16 de abril de 2020.

RODRIGO GASPAR DE MELLO
JUIZ FEDERAL

DANIELA BERWANGER MARTINS
JUIZ SUBSTITUTO



Assinado com senha por DANIELA BERWANGER MARTINS e RODRIGO GASPAR DE MELLO.
Documento Nº: 2826047-695 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2826047-695>



JFRJEDT202000099A